

Existe “ideologia de gênero”?

Em entrevista à Pública, a doutora em Educação Jimena Furlani, que desenvolveu extensa pesquisa sobre o assunto, explica os equívocos do conceito

30 de agosto de 2016

Andrea Dip

Em 2014, durante a tramitação do PNE no Congresso Nacional, parlamentares evangélicos e católicos se uniram em missão que se tornaria uma de suas maiores bandeiras nos próximos anos: a exclusão dos debates sobre gênero nas escolas de todo o país. Na época, era possível encontrar militantes pró-vida gritando "Não ao gênero!" diante de assembleias legislativas e não era incomum ouvir pastores televisivos, como Silas Malafaia, e parlamentares, como o Pastor Marco Feliciano, Jair Bolsonaro e o senador Magno Malta (PR-ES), bradando contra o que chamaram de "ideologia de gênero" - algo que traria a destruição da família e a doutrinação de crianças em uma teoria da conspiração de fazer inveja a muita *fanfic*. A CNBB na época também divulgou nota afirmando que a "ideologia de gênero" "desconstrói o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher".

Os parlamentares proibiram votações, protestaram e encabeçaram batalhas com o objetivo de retirar o termo "gênero" dos planos municipais e estaduais, como Marcos Feliciano contou em um post na sua página pessoal no Facebook, em 2015: "Tenho a alegria de informar que fechei agora aqui no aeroporto minha planilha e contabilizei vitória em 804 municípios, e isso só em minha planilha. Os movimentos sociais estão assustados pois a Igreja Católica e Evangélica saíram das quatro paredes. [...] Estamos cansados, mas valeu a pena. Fizemos também mais de 200 emendas e pareceres para os municípios."

Nas missas e cultos, cartilhas foram distribuídas alertando pais e mães sobre o perigo silencioso que rondava o lar - aparentemente, os filhos seriam doutrinados a virar "outra coisa" que contrariasse seu sexo biológico e inclusive ensinados a praticar sexo com coleguinhas. Surgiram até falsas cartilhas, atribuídas ao MEC, com imagens de crianças tendo relações sexuais. A militância conservadora não só conseguiria vetar essa parte do PNE como seria grande impulsionadora do Projeto Escola Sem Partido.

Criado pelo procurador Miguel Nagib em 2004, o Escola Sem Partido, como a iniciativa ficou conhecida, só ganhou força – e passou a ser replicado em projetos de lei pelo país – dez anos depois, como o próprio Nagib admitiu quando o entrevistei: "A tentativa do MEC e de grupos ativistas de introduzir a chamada 'ideologia de gênero' nos planos nacional, estaduais e municipais de educação, o que ocorreu no primeiro semestre de 2014 e ao longo de 2015, acabou despertando a atenção e a preocupação de muitos pais para aquilo que está sendo ensinado nas escolas em matéria de valores morais, sobretudo no campo da sexualidade." Além da proibição do que chamam de "ideologia de gênero", o Escola Sem Partido prega "o fim da doutrinação política e ideológica em sala de aula", que seria encabeçada por professores de esquerda e marxistas.

Mas o curioso é que o termo "ideologia de gênero não aparece nenhuma vez nos planos de educação, nos Estudos de Gênero, e nunca foi usado pelas ciências humanas. Isso não impediu que grupos protestassem em frente às palestras da filósofa Judith Butler, autora da teoria da performatividade de gênero, em sua visita ao Brasil. Também não impediu que queimassem bonecos com seu rosto estampado e que a agredissem, em episódios vergonhosos em São Paulo, no fim de 2017. Butler, que veio ao país falar sobre democracia, escreveu um texto para o jornal Folha de S.Paulo, a respeito dos ataques sofridos no Brasil, e explicou as diferenças entre a sua teoria e a denominada "ideologia de gênero": "A teoria performatividade de gênero busca entender a formação de gênero e subsidiar a ideia de que a expressão de gênero é um direito e uma liberdade fundamentais. Não é uma 'ideologia'. Em geral, uma ideologia é entendida como um ponto de vista que é tanto ilusório quanto dogmático, algo que 'tomou conta' do pensamento das pessoas de uma maneira acrítica."

O texto vetado no PNE colocava como meta a "superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual", após uma pesquisa realizada pelo MEC, em 2013, apontar que 20% dos alunos não queriam um colega de classe homossexual ou transexual.

Em um artigo para o site *Justificando*, Luciana Britto, psicóloga e pesquisadora da Anis – Instituto de

Bioética, definiu a importância do debate de gênero nas escolas, principalmente para diminuir a violência contra mulheres e pessoas LGBTQ: “A escola é um espaço não só para ensinar letras e números, mas também para promover cidadania; e, nesse sentido, deve ser espaço democrático e inclusivo, onde estudantes aprenderão que é possível o convívio com a diferença longe da violência e opressão. Uma escola que promova a igualdade de gênero não é uma escola que ensina crianças e adolescentes a serem gays ou que ensinam sexo de maneiras inapropriada para as diferentes faixas etárias. É espaço pedagógico no qual se aprende que sexo é muito mais que natureza ou biologia, é também regime político da vida. Por isso acreditamos que a escola é lugar para o ensino do respeito mútuo. Isso não significa que a escola disputará com a casa ou a igreja - há valores morais que aprendemos e ensinamos em nossa vida privada. Mas é principalmente na escola que convivemos pela primeira vez com os diferentes de nós: as crianças verão que há diferentes cores, religiões e modos de se apresentar no mundo. Uma escola que promova igualdade de gênero será também espaço para todos e todas e, quem sabe em um futuro bonito, terá a potência de formar uma sociedade livre do ódio, violência ou perseguição.”

Também intrigada com as diferenças entre o artigo proposto pelo PNE e sua interpretação negativa pelos parlamentares religiosos, a professora Jimena Furlani, da Udesc, que atua na formação de educadores e profissionais da Saúde e Segurança Pública para as questões de gênero, sexualidade e direitos humanos, desenvolveu uma extensa pesquisa sobre a origem do termo "ideologia de gênero". A seguir, a entrevista que ela me concedeu, em 2016, a respeito do assunto:

O que é “ideologia de gênero”, afinal? De onde ela surgiu?

Jimena Furlani - A ideologia de gênero é um termo que apareceu nas discussões sobre os Planos de Educação, nos últimos dois anos, e tem sido apresentado a nós como algo muito ruim, que visa destruir as famílias. Trata-se de uma narrativa criada no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento pró-vida e pró-família que, no Brasil, parece estar centralizado num site chamado Observatório Interamericano de Biopolítica. Em 2015 especialmente, algumas pessoas se empenharam em se posicionar contra a “ideologia de gênero”, divulgando vídeos em suas redes sociais: o senador pastor Magno Malta, o deputado Jair Bolsonaro, o deputado pastor Marco

Feliciano, o pastor Silas Malafaia, a pastora Damares Alves, a pastora Marisa Lobo.

Meus estudos mostraram que o termo é usado em 1998, em uma Conferência Episcopal da Igreja Católica realizada no Peru, cujo tema foi “A ideologia de gênero – seus perigos e alcances”. Parece que seus criadores se baseiam em dois livros para compor essa narrativa chamada “ideologia de gênero”: primeiro, no livro de Dale O’Leary intitulado Agenda de gênero, de 1996.

O’Leary é uma militante pró-vida que participou das Conferências da ONU (do Cairo em 1994 e de Pequim em 1995) como delegada. Ela faz um relato dessas conferências, descreve, sob o seu ponto de vista, a ação das feministas em apresentar o conceito gênero e como, a partir dali, a ONU assume a chamada perspectiva de gênero para as políticas públicas sobre os direitos das mulheres.

O outro referencial usado na construção dessa narrativa é o livro de Jorge Scala, cuja primeira edição é intitulada Ideologia de gênero: o gênero como ferramenta de poder, de 2010, que no Brasil, curiosamente, é intitulado Ideologia de gênero – o neototalitarismo e a morte da família, de 2015. O autor é um advogado argentino, conhecido defensor de causas antiaborto e contra os direitos das mulheres, membro do movimento pró-vida, que apresenta uma série de interpretações dos estudos de gênero, extremamente problemáticas e convenientemente articuladas para desqualificar tais estudos e apresentá-los como danosos para a sociedade.

Portanto, parecem ser esses os principais referenciais usados na criação da narrativa chamada “ideologia de gênero”, que nos últimos dois anos vem sendo divulgados e exaustivamente repetidos em vídeos, textos, cartilhas, documentos da CNBB, palestras etc. Uma retórica que afirma haver uma conspiração mundial entre ONU, União Europeia, governos de esquerda, movimentos feminista e LGBT para “destruir a família”, mas que, em última análise, objetiva, sim, propagar um pânico social e voltar as pessoas contra aos estudos de gênero e contra todas as políticas públicas voltadas para as mulheres e a população LGBT, sobretudo nas questões relacionadas aos chamados novos direitos humanos, por exemplo, no uso do nome social, no direito à identidade de gênero, na livre orientação sexual.

E qual a diferença entre ideologia de gênero e estudos de gênero?

Jimena Furlani - Primeiro, entender que todos nós seres humanos possuímos um sexo e um gênero. Enquanto o “sexo” é o conjunto dos nossos atributos biológicos, anatômicos, físicos e corporais que nos definem menino/homem ou menina/mulher, o gênero é tudo aquilo que a sociedade e a cultura esperam e projetam, em matéria de comportamento, oportunidades, capacidades etc. para o menino e para a menina.

O conceito gênero só surgiu porque se tornou necessário mostrar que muitas das desigualdades às quais as mulheres eram e são submetidas, na vida social, são decorrentes da crença de que nossa biologia nos faz pessoas inferiores, incapazes e merecedoras de menos direitos. O conceito gênero buscou não negar o fato de que possuímos uma biologia, mas afirmar que ela não deve definir nosso destino social. Originalmente, as reflexões acerca da influência da sociedade e da cultura, no conjunto das definições que nos dizem o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”, se iniciaram nas ciências sociais e humanas, como sociologia, história, filosofia e antropologia, mas, hoje, os estudos de gênero se constituem num campo multidisciplinar, composto por várias abordagens e presentes em todas as ciências – nas naturais, nas exatas, nas jurídicas, nas da saúde, nas da comunicação, do esporte etc.

Hoje os estudos de gênero se aproximam também das discussões com outras identidades, como raça-etnia, classe social, religião, nacionalidade, condição física, orientação sexual etc., sendo, por isso, chamados de estudos de interseccionalidade. O conceito gênero permite, ainda, explicar os sujeitos LGBTQ, especialmente os sujeito trans, na medida em que discutem, por exemplo, a identidade de gênero e o uso do nome social. Portanto, a perspectiva de gênero está na base dos novos direitos humanos e na justificativa das políticas de amparo às mulheres que repercute nas discussões acerca do conceito de vida e das leis sobre direitos sexuais e reprodutivos, e aborto e à população LGBTQ.

Sem dúvida, se considerarmos que o conceito gênero permite as discussões acerca da posição da mulher na sociedade, da aceitação dos novos arranjos familiares, das novas conjugalidades nos relacionamentos afetivos, ampliação da forma de ver os sujeitos da pós-modernidade e no reconhecimento da chamada diversidade sexual e de gênero, então, não há campo

do conhecimento contemporâneo mais impactante e perturbador para as instituições conservadoras e tradicionais que os efeitos reflexivos dos estudos de gênero. Isso nos faz entender porque o empenho tão enfático, persistente e até, em algumas situações, antiético das instituições que criaram e divulgaram essa narrativa denominada “ideologia de gênero”.

Na minha opinião, há usos distintos da chamada “ideologia de gênero”. Parece que, no âmbito da cúpula da Igreja Católica, trata-se de uma questão dogmática e relacionada aos valores da ideologia judaico-cristã, que, segundo seus representantes, estariam sendo ameaçados pelo conceito gênero por causa das mudanças no comportamento das mulheres e nas leis sobre aborto, por exemplo, da aceitação das várias famílias e do reconhecimento dos direitos da população LGBTQ. Outro uso vem de representantes evangélicos: embora existam aqueles católicos que se aproveitam eleitoralmente dessa narrativa, usar a “ideologia de gênero” e sua suposta “ameaça” às crianças e à família tem sido mais presente em candidatos evangélicos – vide a chamada bancada cristã, que não apenas no Congresso Nacional, mas em todos os legislativos do país, deve aumentar, nas próximas eleições, à custa de campanhas cujo foco de “convencimento” deverá ser combater a ideologia de gênero.

E são os evangélicos que mais combatem a ideologia de gênero no Congresso...

Jimena Furlani - Muitos pastores, em 2015, lançaram vídeos falando a respeito da ideologia de gênero, “explicando sua ameaça” às crianças e às famílias, com argumentos, visivelmente idênticos, em falas que não diferiam muito e confundiam e alarmavam mais do que explicavam o conceito gênero. Diziam coisas como: “Segundo a ideologia de gênero, você não vai mais poder dizer que é menina ou menino; a escola vai te doutrinar dessa forma. Tudo isso porque querem destruir sua família”. Dando continuidade à explicação, afirmavam: “Eles (os perversos ideólogos de gênero) querem negar nossa biologia”! Esse argumento da negação da biologia não é apenas absurdamente equivocado em relação aos estudos de gênero, mas constitui-se num ato deliberado de má-fé – uma desonestidade intelectual daqueles que criaram e divulgam a ideologia de gênero no Brasil.

Os estudos de gênero não negam a biologia por um motivo muito simples: é preciso que ela exista para que possamos dizer que gênero é tudo o que não é biológico, ou seja, gênero difere da biologia, gênero é

um conceito da sociedade e da cultura, gênero é, exatamente, o contrário. Não faz nenhum sentido dizer que os estudos de gênero negam a biologia; os estudos de gênero discordam é do determinismo biológico – quando a biologia é utilizada pra definir nosso destino social. Tenho que admitir que a construção dessa estratégia foi muito inteligente! Destaca-se o brilhantismo em construir uma narrativa, suficientemente ameaçadora para sociedade, na medida em que ela se volta para a criança e a família no seu intuito destruidor. Não há nada que mobilize mais as pessoas, principalmente pais e mães, do que alardear que “algo” ameaça suas crianças e que há um complot mundial para destruir sua família.

Se a ideologia de gênero foi um projeto do PT, quer dizer que, com a saída do PT do governo, ela não existe mais?

Jimena Furlani - Palavras como gênero, identidade de gênero, orientação sexual e educação sexual foram excluídas dos planos nacional, estaduais e municipais de educação. O suposto pernicioso governo federal, o partido político e suas políticas de educação foram igualmente banidos do poder e do MEC. Para conter os revolucionários professores, especialmente aqueles que possuem sensibilização com o respeito às diferenças e discutem as formas de preconceito no cotidiano escolar, busca-se aprovar o projeto Escola Sem Partido – aliás, excelente aliado daqueles que criaram e divulgam a existência da ideologia de gênero.

Se o governo do PT que criou a ideologia de gênero não está mais no poder, se tudo está sob controle e as políticas de educação do MEC, os livros didáticos e a formação de professores não mais conterão a perspectiva de gênero, então, por que é preciso manter vivo esse monstro? Por que pastores continuam dizendo em seus vídeos, missas, cultos que irão combater a ideologia de gênero? Primeiro, para manter a assustadora narrativa da ideologia de gênero. Segundo, para apresentar-se como paladino da justiça, como aquele que vai combater e defender as criancinhas e a família brasileira da ideologia de gênero. Terceiro, para assim pedir o voto e se eleger. Quarto, para, ao ser eleito, impedir ou fazer retroceder conquistas, nas leis, para mulheres, a população LGBTQ e o reconhecimento das religiões de matrizes africanas; e, quinto, para aprovar leis como o Estatuto da Família, alterar a Constituição Federal, instituir uma teocracia cristã no Brasil. Sim, estou bem pessimista.

A ideologia de gênero se tornou um excelente cabo eleitoral, e não há nenhum interesse em mostrar para

as famílias, pais e mães, que não há nenhuma ação concreta que busque a destruição da família e que ninguém na escola vai dizer que um menino não é menino ou que uma menina não é menina.

E tudo vem no mesmo pacote, né? O Estatuto da Família, a proibição da discussão de gênero. O Escola Sem Partido também vem junto nesse projeto?

Jimena Furlani - Uma análise que podemos fazer é entender que o tempo presente reuniu, conforme a expressão de Michel Foucault, “condições de possibilidades históricas” para que esse movimento conservador tivesse tanta projeção no Brasil. O senhor Miguel Nagib cria o Escola Sem Partido no ano de 2004 e, praticamente por dez anos, não houve uma projeção nacional de seu movimento. Nos últimos anos, o descontentamento com o governo federal, somado à convergência de inúmeras críticas e análise conjunturais, em vários campos, como economia, política e educação, favoreceu o surgimento e a união de forças conservadoras e tradicionais contra as políticas de igualdade, respeito às diferenças, direitos humanos e políticas afirmativas. Penso que a questão é muito mais complexa do que parece. Poderíamos, inclusive, polarizá-la entre a discussão de distintos projetos de governo e de visões de mundo: de um lado, os de direita e, de outro lado, os de esquerda. Precisamos falar sobre isso!

O que significa, na prática, tirar a discussão de gênero dos documentos oficiais?

Jimena Furlani - Nas discussões e aprovações dos Planos de Educação ficou evidente que combater a “ideologia de gênero” significava retirar de qualquer documento as palavras gênero, orientação sexual, diversidade sexual, nome social e educação sexual. Mesmo que as palavras, nas frases, não implicassem nenhuma ameaça objetiva, evitar que as palavras fossem visibilizadas na lei certamente dificultaria aqueles que pretendessem trabalhar esses temas na educação, e, sem muitos argumentos, as palavras foram excluídas. No entanto, é preciso lembrar que retirar essas palavras da lei não elimina os sujeitos da diversidade sexual e de gênero do interior da escola brasileira e de todas as sociedades humanas. Crianças e jovens, assim como professores, pais e mães, possuem suas identidades de gênero, são sujeitos de afetos e convivem num mundo diverso.

Aliás, não é a existência do conceito de gênero que “fez surgir” na humanidade pessoas homossexuais, travestis, lésbicas, transgêneros, transexuais ou bissexuais, por exemplo. Os estudos de gênero existem

para estudar esses sujeitos, compreender a expressão de suas identidades, propor conceitos e teorias para sua existência e ajudar a construir um mundo onde todos/as se respeitem. Da mesma forma, não foi a existência do conceito gênero que “transformou” as mulheres em contestadoras. A condição histórica e material, de subordinação e de sofrimento existencial, das mulheres, em todas as culturas, é que as impulsionou e impulsiona a lutar pelas mudanças sociais que lhes garantam uma cidadania mais plena. O conceito de gênero pode ser banido do planeta, que mesmo assim a humanidade continuará se expressando em sua diversidade e buscando direitos humanos para todos.

E nessa briga vale tudo, né? Inventar cartilhas falsas, falar que é contra “gênero” sem nem saber do que realmente se trata...

Jimena Furlani - As cartilhas foram apócrifas e anônimas. Eu fiz um documento-análise e no primeiro eu disse que ninguém sabia quem era, não tinha data nem gráfica. No início deste ano, eu descobri em um vídeo do professor Felipe Nery que a cartilha foi elaborada no Observatório Interamericano de Biopolítica. Você não tem na história alguém que cria uma teoria e não assume essa teoria. E, pior, transfere essa teoria para os outros.

Quando começou essa história de “ideologia de gênero”, eu acordei, de um dia para o outro, ideóloga de gênero, doutrinadora de crianças. Isso me motivou a iniciar pesquisas para entender de onde veio isso. Eu sempre falo que todo mundo já ouviu falar que os seres vivos se modificam ao longo do tempo num processo que se chama evolução e que transmitem isso aos mais aptos, e eu vou perguntar quem disse isso e as pessoas vão me responder Charles Darwin, e quem concorda com isso é chamado darwinista.

Agora, os padres, os pastores e políticos religiosos não assumiram que inventaram a “ideologia de gênero”. A gente que tem que descobrir e contar para as pessoas que isso não existe nos estudos de gênero, que é uma interpretação propositalmente construída de forma negativa. As cartas não estão na mesa, eles não assumem que ninguém está doutrinando crianças na escola, que eles querem que não se fale de gênero na escola para que as crianças não acolham os sujeitos da diversidade, para que não aceitem que as pessoas possam ser vistas definitivamente sem preconceito. Que eles não aceitam os direitos humanos ampliados. Tem um vídeo que, ao mostrar um casal de transexuais, vem um comentário de que se trata de uma aberração

humana, já que Deus criou o homem e a mulher. A gente conclui dele que eles são contra o conceito gênero porque Deus não criou travesti, transexual, transgênero, e, por isso, essas pessoas não merecem ter direitos.

E as pessoas são enganadas nessa confusão.

Jimena Furlani - É claro que eles não acham que vão estar garantidos só com a confusão teórica que fazem. Eles condenam uma série de palavras que dizem fazer parte do pacote de ideologia de gênero para doutrinação das crianças e destruição das famílias. Eles condenam as palavras diversidade, homofobia, perspectiva de gênero, identidade de gênero, tudo que a gente tem utilizado para que as pessoas entendam a discussão dos direitos e da diversidade. E aí a pergunta é: “Qual é a proposta de acolhimento de vocês pra esses sujeitos, então? Ou querem fazer como aquele candidato à Presidência da República e mandar todo mundo para uma ilha?”. Eles querem que essas pessoas sumam, mas não assumem isso.

Fonte:

<https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>